

OS PALÁCIOS DOS GOVERNADORES EM OURO PRETO

THE PROVINCIAL GOVERNMENT'S PALACES IN OURO PRETO, BRAZIL

Ivo Porto de Menezes*

RESUMO

Estudo histórico-arquitetônico dos três palácios dos governadores regionais, traz subsídios, detalhes e avanços técnicos na construção ou reparos dos edifícios, merecedores de estudo e divulgação. Também subsídios de documentos coletados, datados da época de sua construção, permitem antever a distribuição dos espaços arquitetônicos. Embora com uma apresentação sucinta, este trabalho é uma tentativa de reflexão sobre aspectos insuficientemente conhecidos na literatura de referência ao tema. São abordados o Palácio Velho de Ouro Preto, situado na Encardideira e o construído em Cachoeira do Campo, ambos pouco conhecidos. Focaliza-se, ainda, o palácio localizado na Praça Tiradentes.

Palavras-chave: Arquitetura; Construção; Palácios; Ouro Preto; Cachoeira do Campo.

ABSTRACT

A historical and architectural survey carried out in the three palaces of Brazilian regional governors provides information on details and technical advances in building construction or repair, which deserve study and dissemination. In addition, collected historical documents, dating back to the time of the construction, anticipate views on architectural space distribution. In spite of a short presentation, this paper attempts to provide some reflection on insufficiently known aspects of the literature on the subject. The paper focuses on overlooked structures such as the *Palácio Velho de Ouro Preto*, located in *Encardideira*, and the buildings located in *Cachoeira do Campo* and *Tiradentes Square*.

Key words: Brazilian Architecture; Construction; Palaces; Ouro Preto; Cachoeira do Campo.

* Engenheiro-arquiteto pela Escola de Arquitetura da UFMG. Doutor em Construção Civil, Arquitetura e Urbanismo pela Escola de Minas da Universidade do Brasil. Professor de Arquitetura Brasileira e Patologia das Edificações na Escola de Arquitetura da UFMG. Professor de Construção de Edifícios na Escola de Minas da Ufop. Diretor do Arquivo Público Mineiro. Arquiteto do Iphan e Iepha/MG. e-mail: Ivo.p.menezes@uol.com.br.

O primeiro palácio utilizado em Ouro Preto, a partir de 1717, foi construído pelo capitão mor Henrique Lopes de Araújo, junto à sua residência e oferecido ao governador D. Pedro de Almeida, Conde de Assumar, que ali ele se hospedou quando de sua chegada a Vila Rica.

Gastara Henrique Lopes “mais de três arrobas de ouro”. “As casas estavam muito bem ornadas, com cortinas nas portas de damasco carmezim e as cadeiras e cama do mesmo e todos estes aparatos deu a S. Excia por adorno do seu Palácio da Vila do Ribeirão”.

Criada a Capitania independente das Minas Gerais, o novo governador, D. Lourenço de Almeida, escreve aos vereadores da Câmara de Ouro Preto que, como escolhera o Rei que a sede fosse Vila Rica, deveriam eles providenciar para ali ocorrer sua posse e tivesse casa pronta onde pudesse acomodar-se. Por certo, foi na casa construída pelo capitão mor Henrique Lopes que se alojou, não só o governador D. Lourenço de Almeida, senão também o Conde de Galveas e Gomes Freire de Andrade. Dali haviam partido as ordens do Conde de Assumar, para que fosse colocado fogo nas casas de Pascoal da Silva Guimarães e seus asselas, no morro logo acima, dando origem àquelas ruínas que hoje conhecemos como Morro da Queimada, lamentavelmente não tantas quanto realmente consumiu o “muito fogo que houve”. Também dali saiu a ordem para o “facinoroso” Felipe dos Santos, “que o Governador mandou arrastar pelas ruas e esquartejar para terror dos mais régulos” (Foto 1).

Aliás, nas palavras do próprio Conde, “na paragem aonde fez as casas teve tão má eleição (...) porque estão ao pé do morro chamado de Pascoal da Silva, cujas vertentes de água as fazem tão úmidas, que é prejudicial a saúde o morar muito tempo nelas e com gastar tanto ouro não teve habilidade para escolher melhor paragem havendo muitas na mesma vila” (MENEZES, 1970).

As ruínas desse palácio, embora tenham sofrido alterações e natural abandono, ainda deixam ver detalhes de sua construção de pedra, presença de janelas de

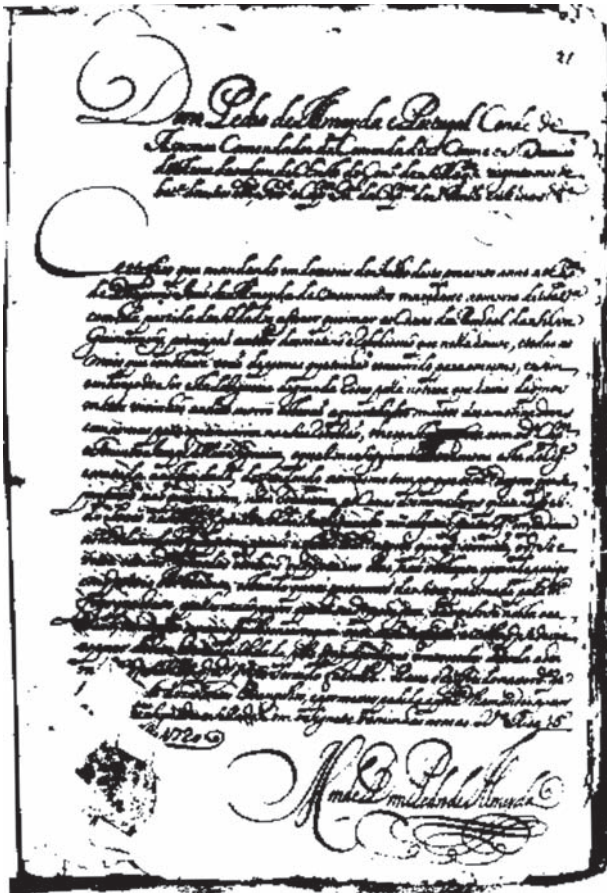


Foto 1. Atestado do Conde de Assumar – 1720 – Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

conversadeiras, nichos nas paredes, prováveis armários embutidos, serviços de água, marcos de portas e janelas de cantaria, área de cerca de 400 m², restos de uma mina de ouro, aliás mencionada no inventário de Henrique Lopes, restos de um chafariz, as guaritas necessárias à segurança, assim como os longos muros circundantes (Fig. 1). Diversos são os cômodos, necessitando-se de maior levantamento para seu melhor conhecimento. Fato é que sua construção custou a importante quantia de 45.000 cruzados. Cumpre ainda ressaltar a presença nos terrenos, morro abaixo, de inúmeros platôs, cerca de oito ou mais, até o córrego, além de várias construções auxiliares. No entanto, observada a casa que pertenceu ao capitão mor Henrique Lopes de Araújo, que lhe fica próxima, pode-se aquilatar o esmero na construção e acabamento do palácio. Varanda, sala, cinco quartos e cozinha é o que ali se vê. Janelas de peitoril com suas conversadeiras, fechamento de calha, forros de saia-e-camisa, piso de tabuado corrido com tábuas largas, soleiras de pedra, além de suas bem construídas paredes de alvenaria de pedra etc., conforme pudemos verificar quando de restauro de seu telhado, por nós realizado em 1956, para o Iphan.

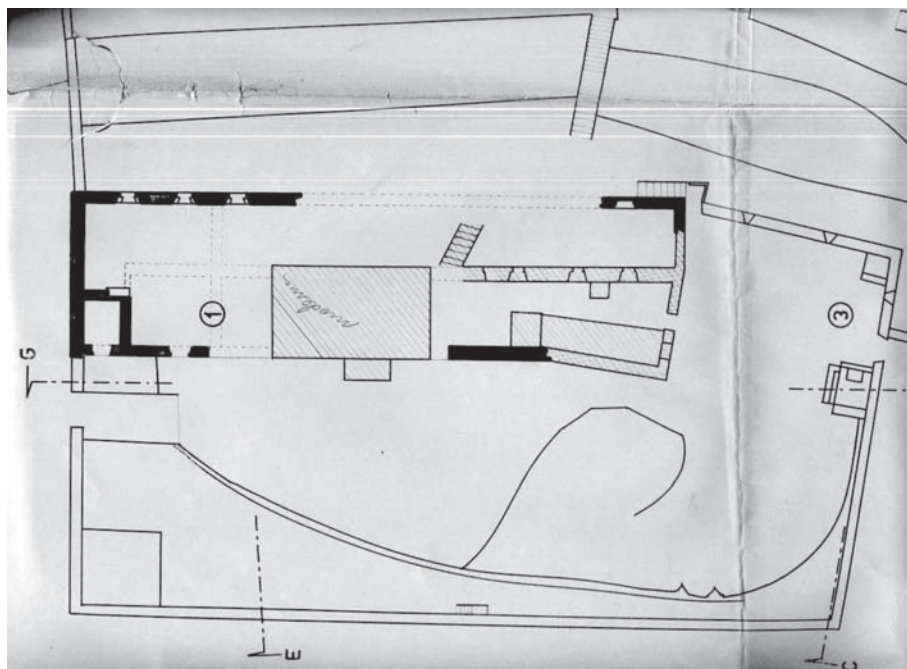


Figura 1. Palácio da Encardideira.

Por morte de Henrique Lopes de Araújo, ainda no governo do Conde de Galveas, deixou “lavras, palácio, casas e mais pertences”, como doação à Câmara, para que ela providenciasse a criação de uma Santa Casa de Misericórdia, incluindo, portanto, o “Palácio onde assiste o Exmo. Sr. Conde Galveas, Governador e Capitão General destas Minas...”, assim como cadeiras, mesas, bofetes, leito, cortinas etc. Seria para “se instituir um hospital e o rendimento de uma lavra para a sua sustentação, o que teria efeito logo que o dito Conde saísse do governo”. Não só da casa de Henrique Lopes, como também do palácio, lavras de ouro e mais pertences, tomaram posse os vereadores em 1723, colocando “as mãos nas janelas, passeando” nas casas e “deitando terras para o ar” nas lavras, como sinais de sua posse.

“Pessoas zelosas”, entretanto, já haviam providenciado a criação da Irmandade da Senhora Santana e a organização da Santa Casa de Misericórdia, estabelecidas no alto de Santa Quitéria.

As casas de Henrique Lopes eram “citas defronte da porta da Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias” e “nunca pagaram foro por serem feitas pelos primeiros povoadores desta Minas, tempo em que ainda não havia Senado”, é o que nos informa documento, embora saibamos localizarem-se em morro fronteiro à referida porta.

Torna-se necessário retomar os levantamentos, feitos em 1973, das ruínas do velho Palácio, atualizá-los, promover uma comparação entre eles e mesmo am-

pliá-los, para encontrar prováveis construções da mesma época e características construtivas que nos levassem a conhecer as prováveis construções anexas que, por certo, ali teriam sido feitas para melhor acomodação dos senhores governadores e seus auxiliares. Merecem ainda tais ruínas melhor conservação e aproveitamento histórico e turístico.

Foi então que, “por não haver casa de residência para o Governador”, “assistindo até o presente em umas do Capitão Mor Henrique Lopes”, decide o Governador Gomes Freire de Andrade mudar-se para as casas que foram de Fundição, no alto de Santa Quitéria, mas “para me servir delas, eram precisos alguns concertos e fazer-se casa para a Intendência”. Resolvera, então, fazer uma casa sobre a do despacho e outra sobre a das feiras, preocupado em que ficassem debaixo de uma guarda única, a Companhia de Cavalos do Governador, a Provedoria, a Intendência, Armazéns e Secretaria.

Assistindo já na antiga Casa de Fundição, tornam-se necessárias diversas reformas e acréscimos, até que, ouvido o Rei, é decidido que se levantassem, de pedra e cal, casas suficientes, face ainda a ter ruído parte da Casa de Fundição. Chama, do Rio de Janeiro, o tenente brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim, que executa, então, o projeto da nova edificação. Segue os preceitos ditados por Vauban, para a construção de casas fortes.

Pronto o projeto, era constituído de bloco retangular de dois pavimentos (Foto 2), tendo em seus vértices os respectivos baluartes, segundo normalmente eram, com seu pavimento inferior “cheios de terra e socados por conta da fazenda real, batidos e apiloados até ficarem repudiando o pilão”, posteriormente desaterrados para aproveitamento do espaço. Posta “em lances” sua construção, como convinha, foi arrematada por 40.000 cruzados, segundo proposta do conhecido mestre-de-obras Manoel Francisco Lisboa, excluídas as janelas, portas e cunhais, que deveriam ser de cantaria. O pórtico de cantaria foi arrematado por Caetano da



Foto 2. Vista aérea, 1939 – Acervo I. P. Menezes.

Silva Ruivo, por 450\$000. Nele haveria de ser inscrito: “Reinando El Rei D. João V Nosso Senhor e sendo Governador e Capitão General do Rio e Minas Gerais o Sargento Mor da Batalha Gomes Freire de Andrade. 1741”. Muitos anos após, 1822, quando da vinda do príncipe D. Pedro para abafar uma revolta das principais famílias de Ouro Preto (2), foi colocada outra placa, provavelmente sobre a primeira, dizendo: “A 9-IV-1822 foi dito pelo príncipe D. Pedro ao povo de Vila Rica que se quebraram naquele dia os ferros do despotismo nesta província” (MENEZES, 1959).

Cuidados especiais, na execução, constaram das condições da obra, lembrando, por exemplo, que as paredes até o vigamento teriam quatro “palmos de grosso”, pé-direito, a começar da soleira da porta principal terá vinte e dois palmos, incluindo o cordão de cantaria com “um palmo de alto”, outro “de sacada como o das fortificações que cercará em roda toda a obra de cortinas e flancos e faces”. Esse cordão serve de soleira para as janelas rasgadas “pela parte de fora”, “exceto as oito janelas que estão dentro dos baluartes que levarão soleira ao ordinário”. As paredes mais acima do cordão terão “de grosso pelos lados três palmos”, sua altura será de vinte e um palmos “de alto”, “ou pé direito, incluída a cimalha”. Cunhais, quadros de janelas e portas serão “da melhor pedra”, com três palmos “de largo”, sendo que somente a parte ressaltada, com polegada e meia, será vista depois de rebocada a alvenaria. As cimalkas sobre os cunhais serão de pedra, enquanto toda aquela que circunda o prédio será de tijolos, devidamente rebocados e perfilados. “As portas principais serão de boa madeira e bem seca, almofadadas, com boa ferragem... e duas com fechaduras inglesas”. “A porta principal terá nove palmos de largo e quinze de alto no seu vão e será da Ordem Toscana, com todas as molduras, sacadas e mais partes que mostra a planta”. O fechamento da porta principal do pórtico recebe recomendação especial, sendo de grossos pranchões, “em relhadas, guarnecidas com barras de ferro, pregadas com prego de grossas cabeças”. Será ainda fechada com uma tranca, que se incrustará “pelo grosso das paredes” quando for aberta a porta, tranca esta que não deve passar por trás do postigo. Os forros de estuque serão fasquiados polegada cheia por vazia e os chanfrados das fasquias pela parte de cima para receberem a cal, já “a cimalha que guarnecer as casas dos estuques será de madeira e da ordem dórica”. Esses forros de estuque serão executados na “casa grande, casa dos Tenentes Generais, casa dos subalternos, Secretaria, quarto em que assistir S. Excia.”. Os telhados terão as bocas das telhas, em especial nas beiradas, com cal e o telhado será “amorriscado, deixando de quatro em quatro telhas uma com seu vento por baixo para entrar o ar por dentro não só nos estuques, mas ainda nos forros”. Os acabamentos, quer seja da cantaria “picão miúdo” ou de tijolos, eram especificados cuidadosamente, assim como a cal, que “será da melhor do país”. No pavimento de baixo, recomendações especiais foram para a presença de grades. As escadas, principal, para o Provedor e para o secretário, foram projetadas de cantaria, com seu

corrimão de “perpianho” e seus pedestais no princípio e no fim. No quarto de S. Excia., as janelas serão “de assento”, as conhecidas conversadeiras.

O acesso ao palácio, desde a praça que ficava fronteira a um dos lados menores do retângulo, era, inicialmente, feito por rampa que abrangia quase toda a parte poente da antiga praça, partindo desde a esquina da rua Direita ou Caminho Novo, junto ao Pelourinho e “na porta do Dr. Cláudio”, pelo que longo arrimo se elevava gradualmente, dobrando à direita para encostar-se na divisa da Santa Casa de Misericórdia. Tornou-se necessário recomendar que nessa calçada “lhe lançará terra para que alteada a calçada, fique menos subir a que entra para palácio por não ser tão íngreme, a eleição do Sr. Governador” (MENEZES, 2002).

Ainda estavam os baluartes aterrados, sem janelas (Foto 3), presente a seu lado a Capela da Senhora Santana, pertencente à Irmandade de mesmo nome e da Santa Casa, demolida quando se quis fazer melhor acesso “da Água Limpa ao Taquaral”, às Lages.

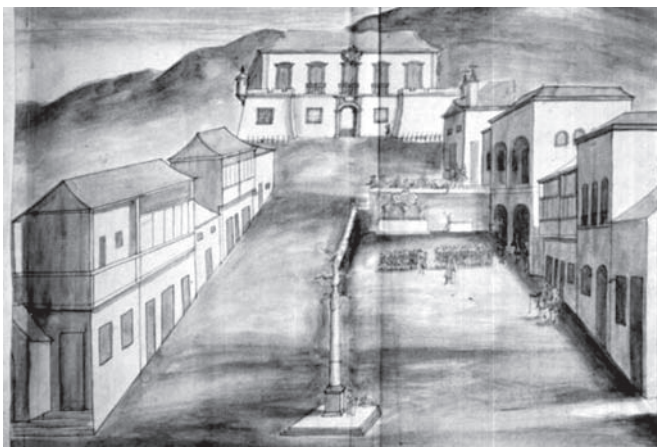


Foto 3. Aquarela – Instituto de Estudos Brasileiros, USP.

Ao longo do tempo vai o palácio recebendo seus acabamentos, sejam, por exemplo, as janelas fronteiras, pagas a Henrique Gomes de Brito, em 1767.

Da pintura de janelas e portas se encarregou Manoel Gonçalves de Souza, em 1747. Consertos nas casas de residência do Doutor Provedor e nos quartéis são executados no mesmo ano. Existia um oratório (1773), que recebeu pinturas de João de Carvalhais, em 1773, para o qual foram pintados dois lampiões e dois estandartes, em 1748. Em 1782 recebia João de Carvalhais por obra, por certo pintura, na “capela nova”. Três anos mais à frente é Manoel Francisco de Araújo que recebe pelas obras da nova capela, como se verá mais adiante.

Novamente, os baluartes, do lado da praça, estão recebendo suas construções e reparos, em 1749. Desaterrados em 1766, foram abertas janelas correspondentes ao primeiro piso (Foto 4).



Foto 4. 1870 – Acervo Museu da Inconfidência.

Necessitando de água para os diversos afazeres do palácio, em 1752 resolve-se a construção de duas fontes no pátio interno, para o que são colocadas “em praça” as obras necessárias, “na forma dos apontamentos e riscos”. Arrematou tais trabalhos o mestre-de-obras Manoel Francisco Lisboa, por 1:200\$000, devendo ainda consertar o piso da sala do procurador da Fazenda. Afirma o arquiteto Lúcio Costa que o risco das fontes, incluído nas “condições com que Manoel Francisco Lisboa arrematou a obra do encanamento de água que se meteu no Palácio”, é de autoria da Antônio Francisco Lisboa e que “a circunstância desse traço fundamental de sua personalidade já estar presente nesse risco, feito aos 14 anos, é significativa e comovente” (COSTA, 1968; Fig. 2).

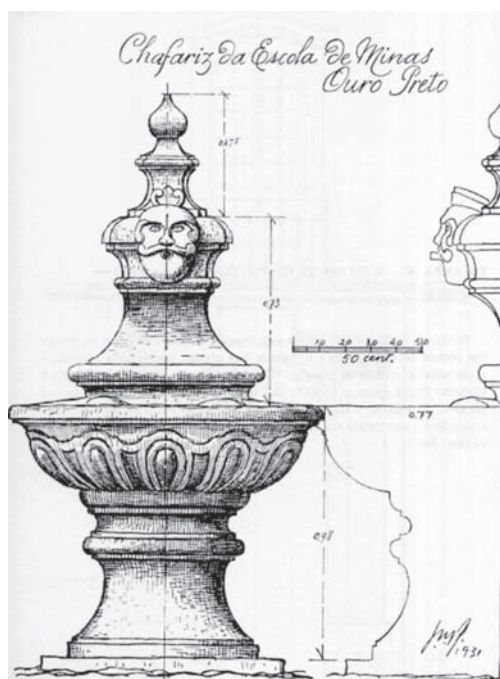


Figura 2. Chafariz, projeto e execução.

No inverno de 1764, as fortes chuvas ameaçaram o palácio em seu lado poente, em seus muros e socalcos, pelo que reparos foram necessários (Foto 5). Curiosamente, ordena o provedor da Fazenda Real que

o Tesoureiro da mesma, o Capitão Feliciano José da Câmara, mande por trinta negros prontos, com samambaia precisa, vigas e estacas necessárias para Valério Simões de Matos e o mestre pedreiro Henrique Gomes de Brito, acudirem logo a reparar a ruína que as águas da presente invernada tem causado na calçada que discorre imediata à Casa da Residência deste Governo e dar principio ao reparo que se faz necessário para que a referida ruína não continue e por ela venha a seguir-se a que justamente se pode temer origine a predita casa, satisfazendo todos os materiais sobreditos jornais dos mencionados escravos e oficiais pelo preço do estilo... (Fig. 3)



Foto 5. Liebenau – Acervo I. P. Menezes.



Figura 3. Fachada poente – Anibal Mattos, Monumentos Históricos, p. 317.

Constata-se, assim, o uso de samambaia para conseguir melhor aderência das pedras dos muros e, conseqüentemente, melhor segurança, queremos crer.

Algumas portas ainda são vedadas com empanadas (1766). Obras várias vão sendo executadas ao correr do tempo, janelas fronteiras, encanamentos d'água, muros, grades as mais variadas.

Sobre o baluarte fronteiro à praça, lado do poente, é construída a capela (Fig. 4), cabendo ao mestre Manoel Francisco de Araújo receber 1:288\$537 rs pela



Figura 4. Capela, Wasth Rodrigues, Documentário Arquitetônico.

fatura do retábulo (1781). Quando os governadores, já então da província, deixaram de habitar o palácio, pela mudança da capital para Belo Horizonte, foi o palácio entregue para uso da Escola de Minas. O referido altar e seu retábulo, assim como o arco-cruzeiro, foram doados aos padres salesianos para serem colocados na capela do Colégio D. Bosco, em Cachoeira do Campo (Foto 6). Em 1974, por iniciativa do reitor Dr. Geraldo Parreiras, da recém-criada Universidade Federal de Ouro Preto, voltaram o altar, retábulo e arco-cruzeiro a seu lugar primitivo. Encarregado, naquela ocasião, pelo reitor, como professor que era da Escola de Minas, juntamente com o restaurador Jair Afonso Inácio, tomamos todas as providências para sua retirada da capela do referido colégio e reinstalação na restaurada capela do palácio. Surpresa foi a constatação de trabalho atribuído a Antonio Francisco Lisboa, no plinto do arco-cruzeiro (Foto 7). Em 1785, recebeu o mesmo Manoel Francisco de Araújo por despesas com obras na capela e reedificação no palácio.

Paredões foram construídos nos quintais do palácio, seja em 1787, seja em 1789, talvez aqueles necessários à privacidade dos governadores e que serviram mais tarde para proteger o governador Conde da Palma enquanto freqüentava o



Foto 6. Capela, Colégio D. Bosco, Cachoeira do Campo – Acervo I. P. Menezes.



Foto 7. Plinto do Arco-cruzeiro da Capela – Acervo I. P. Menezes.

jardim pagão, que mandou construir no local onde hoje se encontra o observatório astronômico. É que ali, próximo ao baluarte posterior, lado do poente, construiu um jardim com figuras de deuses pagãos, incluindo um chafariz com anjos

barrocos a lançar a água em cochos de pedra, escrevendo, em polida pedra, texto em latim: “Ao fidelíssimo D. João VI, Príncipe muito poderoso e muito desejado, Tito dos lusitanos, dedicou esta obra o seu devotado e fiel súbdito Conde da Palma, no ano de 1812” (Foto 8). O **Correio da Noite** de 6/10/1908 informa que “na parte norte do antigo Palácio dos Governadores de Minas, ainda se conserva, quase perfeito, um pequeno pátio, o curioso jardim pagão do Conde da Palma” (SENNA, 1909).



Foto 8. Pedra do chafariz, Jardim Pagão – Acervo Museu da Inconfidência.

Ouro Preto, aliás, teve, referenciada pelos viajantes estrangeiros que a visitaram, a presença de inúmeros “jardins plantados com muito gosto” e que, devido aos morros sobre os quais se erguera a cidade, eram construídos em platôs, morro acima ou abaixo. Lembramos, por exemplo, os jardins de casa na rua Conselheiro Quintiliano ou mesmo os jardins do Palácio do Bispo, em Mariana, celebrizados pelos desenhos do Pe. Viegas de Menezes.

Junto à Ponte dos Contos, nos terrenos da casa do Marquesio (Cel. José Pereira Marques), foi plantado, pelo Pe. Dr. Joaquim Veloso de Miranda, o Horto Botânico, em 1799.

Auguste de Saint-Hilaire, narrando uma de suas viagens, nos dá interessante informação:

O edifício mais considerável que encerra Vila Rica é a residência do governador, a qual se dá o nome pomposo de palácio e que está situado sobre uma praça irregular em um dos locais mais elevados da cidade. Esse pretenso palácio apresenta uma massa de construções bastante pesadas e de mau gosto, em forma de quadrilátero alongado, e à qual se quis dar alguma semelhança com um castelo fortificado. A fachada principal, aquela por onde se entra, é formada por uma das grandes faces do edifício, e apresenta um corpo central e duas alas muito pouco salientes. Essa fachada dá para um terraço muito estreito que domina o quartel; um dos lados menores do casarão defronta a praça: apresenta também um corpo mediano e duas alas muito curtas, e se eleva igualmente sobre um terraço muito estreito que avança sobre o largo à maneira de bastião. Algumas pequenas peças de artilharia que se fizeram vir com bastante dificuldade através das montanhas, foram colocadas sobre este último terraço. O interior do palácio apresenta uma série de apartamentos elevados e muito espaçosos, mas tão escassamente mobiliados como o são em geral as antigas casas portuguesas. As paredes são aí inteiramente despidas; só as cornijas e lambris foram pintados e, ainda assim, grosseiramente. O local de fundição do ouro em pó faz parte do palácio. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 72)

Informa o viajante, como se vê, que “a fachada principal, aquela por onde se entra é formada por uma das grandes faces do edifício, e apresenta um corpo central e duas alas muito pouco salientes”. Acrescenta que essa fachada dá para o quartel. Quando aqui estive (1816), a entrada se dava pela fachada do lado do poente.

Nelson de Senna, em seu Anuário de 1909, ao descrever a decoração do palácio, confirma essa entrada lateral: “Na sala de entrada, onde desembocava a velha e já desaparecida escada de granito (lado ocidental do Palácio), que honrava os créditos do engenheiro Alpoim, que deu o risco...” (SENNA, 1909).

Gravura datada de 1821 sugere a presença de uma escada, diversa daquela que dá acesso à capela, assim como foto publicada, datada de cerca de 1875 (MATOS, 1935). Aliás, quando da restauração da capela, verificamos que os primeiros degraus da escada que lhe dá acesso estão semi-enterrados, o que leva a um platô mais baixo que o atual. Seria essa a “escada que sobe para a guarita” executada, em 1768, por Henrique Gomes de Brito?

Wasth Rodrigues procura, na reconstituição de como teria sido o palácio em seus primeiros anos, a precisão histórica, naqueles padrões já conhecidos, quando de sua tentativa (1918). Mostra-nos o palácio já com as rampas fronteiras, o pátio interno, com os chafarizes junto às escadas. Sua planta, buscando o que seriam as paredes internas originais, denomina os compartimentos conforme seu uso pela Escola de Minas na época de sua visita (RODRIGUES, 1979). Não conheceu ele, como ainda não conhecemos, a planta original que mostrava “a repartição no interior das casas”, acrescentando que modificações podem ter sido introduzidas “como parecer mais conveniente ao Sr. General e Provedor da Fazenda”. Sabemos por outros informantes que a Intendência da Fundição ficava na parte de baixo, assim como deveriam ser os armazéns, o segredo, a casa de guarda, o “calabouço” em cujas janelas foram colocadas grades. Ali também ficariam as casas da Fazenda

Real com seus cofres que deveriam ser vistos pelos membros da Junta da Fazenda, em suas reuniões, talvez a casa do provedor da Fazenda “contígua aos contos”. Restabelecida por Gomes Freire de Andrade, em 1751, ficava localizada em um dos baluartes do fundo do palácio, que não haviam sido aterrados, a Casa da Fundação. Os apartamentos estavam, provavelmente, na parte elevada, “as casas” do Dr. Intendente do Ouro, “a casa grande, casa dos Tenentes Gerais, casa dos subalternos, Secretaria, ‘sala dos Ajudantes da Vila’, quarto em que assistir S. Excia.”, a residência do Juiz dos Feitos e Contadoria, o “quarto novo”, mas não sabemos sua localização exata. Na sala de espera do gabinete dos presidentes da Província foram feitas as pinturas patrióticas. Ainda ali se viam, em 1909, os retratos de José Bonifácio, Tiradentes, Cristóvão Colombo e Pedro Álvares Cabral. O forro das salas principais era de estuque de taquara, como ainda tivemos ocasião de ver nos idos de 1970. Nomes de Manoel Rodrigues Graça, Henrique Gomes de Brito, José Ribeiro de Carvalhais, Eusébio da Costa Ataíde aparecem, frequentemente, no pagamento das obras realizadas, associados aos dos mestres Manoel Francisco Lisboa e Manoel Francisco de Araújo. Também os pintores João de Carvalhais, Francisco Xavier Meireles e João Baptista de Figueiredo são citados.

Fotografia anterior a 1944 do pátio interno ao quadrilátero original do palácio apresenta jardim, posteriormente calçado de pedras (Foto 9). Uma escada su-



Foto 9. Pátio interno –
Acervo I. P. Menezes.

bia para a casa do Dr. provedor e outra para a cozinha do palácio, como nos informa documento da fatura, por Manoel Francisco Lisboa, do encanamento para as duas fontes do palácio.

Com a transferência do governo para a nova capital, Belo Horizonte, em 1897, foi o palácio fechado, mas pouco tempo depois reaberto para abrigar a Escola de Minas, criada por Henri Gorceix. Evidentemente, diversas modificações foram sendo feitas para adaptação à sua nova função. A capela, por exemplo, cedidos, como vimos, seu altar, retábulo e arco-cruzeiro aos padres salesianos, transformou-se no gabinete de mineralogia. O jardim pagão legou seus terrenos para neles se instalar o observatório astronômico. Os diversos espaços que envolviam o velho palácio foram, aos poucos, sendo ocupados pelos laboratórios e salas de aula, necessários ao bom funcionamento da escola. O baluarte posterior, lado do nascente, foi totalmente envolvido pelas novas construções. Estudos cuidadosos serão necessários se se desejar acentuar, no atual complexo que se tornou, o palácio dos velhos tempos.

Não poderia faltar neste trabalho uma referência, pelo menos rápida, à presença do Palácio de Veraneio que o governador resolveu criar no arraial de Cachoeira do Campo. Já D. Pedro de Almeida havia cogitado de mudar para aquele arraial a “habitação dos Governadores”, logo após o movimento sedicioso de 1720. Quartel já havia sido ali construído, naquela época, por obra do capitão José Rodrigues de Oliveira, aliás homenageado em pedra existente no local e que projetou o quartel, como “fez as plantas” para os quartéis de Vila Rica e Vila do Carmo (Foto 10). Para esse quartel fez Manoel Francisco Lisboa condições para as obras do conserto do telhado da cavalaria, tão bem descrito que, facilmente, seria possível reproduzir tal telhado (Fig. 5 e 6). “Frechal em todo o comprimento das paredes por uma e outra parte”, devidamente “endentados”, “linhas na distância de quinze palmos de uma as outras”, “em cima de cada linha sua tesoura”, “uma cumeeira por cima do ponto das tesouras”, os caibros deveriam “embarbar



Foto 10. Pedra homenagem, Quartel Cachoeira do Campo – Acervo I. P. Menezes.

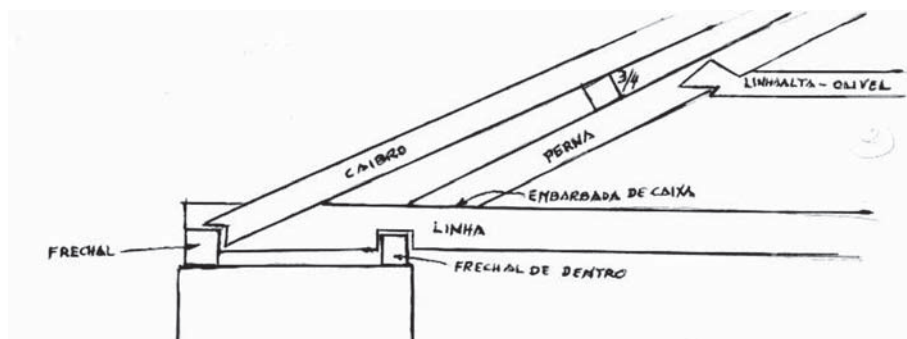


Figura 5. Telhado da Cavaliça – Palácio – Cachoeira do Campo “Condições da obra” – Manoel Francisco Lisboa.

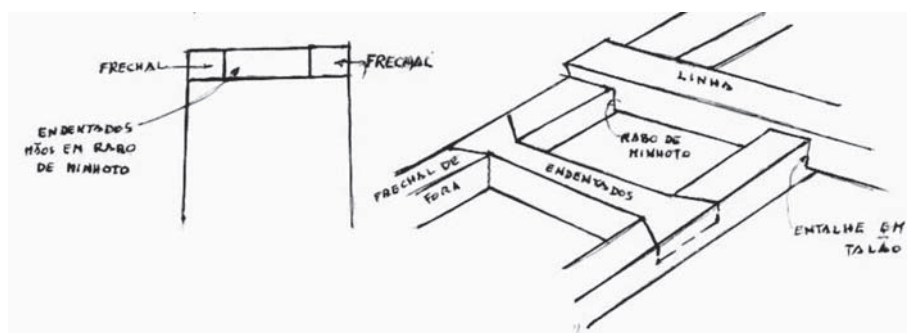


Figura 6. Telhado da Cavaliça – Palácio – Cachoeira do Campo “Condições da obra” – Manoel Francisco Lisboa.

no frechal da parte de fora”, colocar a “cachorrada de madeira serrada com seus focinhos nos cachorros (...) com sua taboa por cima dos cachorros para se cravar a telha da beira em cal” etc.

Em 1715 casavam, na Matriz de Nossa Senhora de Nazaré de Cachoeira do Campo, Gonçalves e Maria, escravos de Manoel Francisco Lisboa, sendo ele mesmo admitido como Irmão do Santíssimo Sacramento da mesma Matriz, em 1718.

Resolve o governador proceder a uma total reforma do quartel e transformá-lo em palácio, em 1772. Para os soldados são compradas casas, até ser construído um novo quartel, em 1779, onde se abrigou, posteriormente, o Colégio Dom Bosco.

Resolvidos os trabalhos de adaptação para palácio, é totalmente reconstruído, conforme se vê de vasta documentação, datada de 1783, alcançando a avultada quantia de 4:410\$949 rs. O interesse político advém de que foi ali que Joaquim Silvério dos Reis entregou ao governador Visconde de Barbacena sua denúncia da Inconfidência Mineira (Foto 11). “Está colocado na encosta oriental de uma das mais aprazíveis colinas de Cachoeira do Campo”. “Edifício quadrangular”, “vasto e elevado casarão”, “grande sobrado”, “vasto pátio murado”, com “modesto chafariz”, “porção saliente da fachada contendo uma janela superior e no andar inferior um vestíbulo sustentado por duas colunas”, “uma pequena capela tendo um altar ricamente paramentado”, informam os escritos que nos descrevem o pa-



Foto 11. Palácio,
Cachoeira do Campo –
Lúcio dos Santos, História
de Minas Geraes.

lácio. Do vestíbulo de entrada se tinha acesso à sala, a ela seguindo-se a capela, que, em seu fundo, abrigava o local das senhoras. Lado do nascente estavam os aposentos dos “cavalheiros” da comitiva e lado do poente, na extremidade do prédio, estava a cozinha. Outros edifícios foram levantados, conforme as necessidades. Ao segundo pavimento se tinha acesso, desde o exterior, por escada junto à fachada lateral do palácio, mas, do pátio fronteiro, havia de se atravessar um portão. Chegava-se ao segundo pavimento, em uma varanda. Nesse pavimento estava a sala de recepção, com suas “belas pinturas” e “dourados maravilhosos”. Ali também estavam os “salões vastos, rodeados de inúmeros quartos”, seguidos de um “sem número de câmaras e aposentos”.

Outros aposentos, ligados diretamente ao quadrangular edifício, dele fazendo parte ou afastados alguns metros, diversos outros cômodos em que habitavam os agregados ou os trabalhadores. Mais além estavam os pomares, onde, ainda por volta dos últimos anos do século XIX, podiam ser vistos os “destroços” desses jardins.

Acabamentos especiais eram aplicados, como as seis esteiras adquiridas “para os quartos novos e o do Bispo”. O segundo pavimento foi demolido por volta de 1897, enquanto o primeiro por volta de 1960, quando lá estivemos e apenas encontramos os alicerces e a pedra de homenagem, já citada.

Partindo da velha e bela Matriz da Senhora de Nazaré, em demanda ao palácio, seguindo para o lado do poente, percorre-se estrada tortuosa até o córrego, que se atravessa por especial ponte de pedra, até chegar ao portão “largo e alto”, cujos pilares, até bem pouco tempo, ainda eram vistos próximos à atual estrada. No pátio, vinte passos à frente, estava a “larga” escada de pedra que dava acesso principal ao palácio, através do vestíbulo. Mais à direita, estava o relógio de sol.

A importância dessa construção provém não só do destino que lhe foi dado, mas sobretudo das especiais obras ali realizadas. Próximo, paralelo e fronteiro ao palácio, a cerca de trinta metros de distância, pelo lado direito de quem o defrontava, foi construído grande lago artificial, para que pudesse o governador passear em um pequeno escaler. Ali ainda podemos ver o que restou dessa cara constru-

ção. Para acumular a água para encher o lago, foi construída, a alguma distância, em parte mais afastada do arraial, uma pequena represa com 32 metros de comprimento, 2,20 m de “alto” e 1,10 m de “grossura”. Ainda pudemos vê-la, pouco antes de ser destruída, por volta de 1980. As dimensões do lago eram de 20x50 m, “profundo” de seis metros e dimensões aproximadas do escaler seis a sete metros de comprimento por três metros de boca (Foto 12). Ainda restam os muros de pedra e seu fundo se encontra em parte coberto de vegetação.



Foto 12 – Lago artificial –
Acervo I. P. Menezes.

Essa grande reforma foi executada nos anos de 1781, 1782 e 1783. Foram empreiteiros Luis de Amorim Costa, sargento-mor Jacinto Coelho da Silva e Antonio José da Fonseca., ali trabalhando, entre outros, Manoel Francisco de Araújo, Henrique Gomes de Brito, além de pintores como o Mestre João de Carvalhaes, a quem se devem as “belas pinturas” e “dourados maravilhosos”, no dizer do visitante Kosciusko. Foram construídos os “quartos novos e do Bispo”, o “quarto de cima da copa unido ao Palácio”, entre outros. Externamente, estava o relógio de sol, sobre o poial.

Os detalhes, fornecidos pelos documentos de fatura das obras, chamam nossa atenção pelo emprego correto dos termos técnicos.

Também como elemento construtivo que teve sua “datação” de uso bastante antecipado para 1783 foram a presença de porta “corrediça” na capela e a confecção de janela “guilhotina de contrapeso”, de pedra-sabão (MENEZES, 1961). Porta de correr e guilhotinas de contrapeso são, comumente, aceitas como de uso apenas no início do século XX. Fomos, por volta de 1960, encontrar exemplares

ainda originais, em Santa Luzia, na casa que serviu de quartel dos revoltosos de 1842. Características construtivas do século XVIII confirmam sua datação. Posteriormente, em reforma na referida edificação, foram retiradas as guilhotinas de contrapeso (Fig. 7).

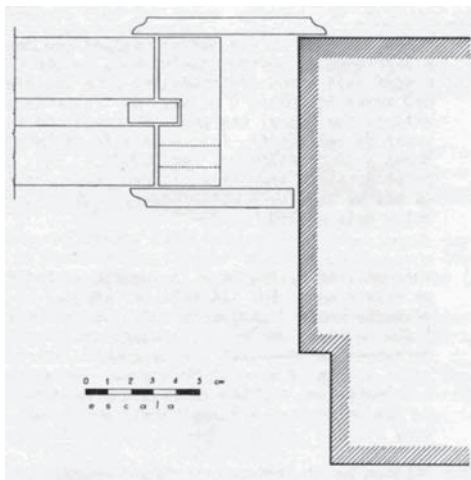


Figura 7. Janela
Guilhotina com
contrapeso
Casa em Santa Luzia
– Levantamento e
foto.

Referências

COSTA, Lúcio. Documento precioso, 1968. In: COSTA, Lúcio. **Lúcio Costa**: registro de uma vivência. São Paulo: Empresa das Artes, 1955. p. 533.

MATTOS, Aníbal. **Monumentos históricos, artísticos e religiosos de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Banco Safra, 1995.

MENEZES, Ivo Porto de. A revolta de 1822 em Vila Rica: um documento novo. **Revista de Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 53, n. 4, p. 279-285, abr. 1959.

MENEZES, Ivo Porto de. O Palácio dos Governadores de Cachoeira do Campo. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 203, 1961.

MENEZES, Ivo Porto de. Praça Tiradentes (Ouro Preto): as transformações de um espaço público. **Aqui: Arquitetura+Cultura**, Belo Horizonte, n. 3, abr. 2002.

MENEZES, Ivo Porto de. Uma rebelião em Vila Rica. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 6, 17 set. 1970.

RODRIGUES, José Wasth. **Documentário arquitetônico, relativo à antiga construção civil no Brasil**. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

SENNA, Nelson de. **Annuário Histórico-Chorographico de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 1909.

Endereço para correspondência
IVO PORTO DE MENEZES
Rua Espírito Santo, 2.577/401
30160-032 – Belo Horizonte – MG
e-mail: ivo.p.menezes@uol.com.br